



O que é o Caso Suape:

A 40 km do Recife, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, cerca de 6.800 famílias distribuídas em 28 comunidades tradicionais de pescadores/as artesanais, agricultores/as familiares e quilombolas, que estão na área há gerações¹ vêm sofrendo sistemáticas investidas contra seus territórios em virtude da instalação do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE (empresa de capital misto administrada pelo Governo do Estado de Pernambuco) em uma área de 13.500 hectares, onde populações viviam, há gerações, em estreita relação de interdependência com o meio ambiente.

O polêmico projeto do Complexo Industrial de Suape, instalado no estado de Pernambuco em 1975, durante a ditadura militar, tem recebido críticas de ambientalistas e pesquisadores, porque se baseia na “concentração de investimentos” e causa graves violações de direitos e intensos conflitos ambientais. Apesar das críticas, a implementação do SUAPE, se intensificou na década de 90 e tomou proporções gigantescas a partir do ano 2000, com a modernização e ampliação do Complexo.

As transformações no meio ambiente foram drásticas, repercutiram e continuam a repercutir gravemente sobre os modos de vida tradicionais das comunidades que viviam e vivem na região, afetando os seus direitos à moradia, à alimentação, à água, à saúde, ao trabalho, à locomoção e a um meio ecologicamente equilibrado.

Violações sistemáticas de Direitos:

Expulsões: Estima-se que pelo menos 3.000 das 6.800 famílias já foram expulsas de seus territórios com base em indenizações irrisórias (quando há) e sem um reassentamento adequado. Em torno de 25 mil pessoas foram impactadas diretamente, sendo obrigadas a mudar a sua forma de viver. Há enorme incidência de depressão, alcoolismo e suicídio nessas comunidades expulsas.

Reassentamentos inadequados: A política de reassentamento aplicada pela empresa às expulsões mais recentes, ademais, mostra-se inadequada à luz das normativas sobre o tema, tendo em vista que não foi realizada qualquer consulta prévia às populações deslocadas e que as famílias rurais – agricultoras e pescadoras artesanais, que têm seus modos de vida específicos – serão realocadas para unidades habitacionais de 40 m², em área urbana, distante do mangue e do mar, e desprovidas de áreas agricultáveis, inviabilizando por completo a continuidade dos seus modos de vida e produção tradicionais;

Ameaças e intimidações: Famílias remanescentes, por sua vez, têm convivido com constantes abusos por parte de “seguranças” da empresa para deixarem as suas terras. São

¹ Dado obtido por meio de levantamento da própria empresa no ano de 2009. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/Portaria/regulamento_exploracao_porto_SUAPE_2016.pdf>. Acesso em 10 de março 2017. Não há conhecimento de levantamentos anteriores, embora se saiba que as expulsões iniciaram-se anos antes, indicando que o número original de famílias residentes na área era bem maior.



ameaçadas e impedidas de plantar e de fazer pequenas reformas em suas casas. Pescadores e pescadoras, também relatam que têm sido impedidas/os de ter acesso às áreas em que tradicionalmente pescavam, inclusive aos mangues, mediante ameaças e intimidações feitas por essa vigilância armada, que chega ao ponto de roubar os materiais e produtos da pesca daqueles/as que tentam acessar o território. Uma liderança local encontra-se, hoje, protegida pelo Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, ligado à Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco, em virtude da situação de ameaça em que se encontra no território.

Contaminação e degradação da base de vida das comunidades: Muitas comunidades cortadas pelo Riacho Algodoados utilizavam-no para as suas necessidades básicas, inclusive para pescar e beber água. No entanto, após a instalação de indústrias que passaram a lançar nele seus efluentes líquidos não tratados, o riacho Algodoados ficou completamente degradado. Entre 1997 e 2010 foram aprovadas e sancionadas oito leis estaduais autorizando a supressão de áreas de preservação permanente (APP), dentre restingas, manguezais e mata atlântica, para dar lugar ao Complexo Industrial Portuário de Suape. O quantitativo de supressão autorizado totalizou 912,3431 hectares; desses, 554,3561 hectares são de mangue. Em especial, as atividades de dragagem e derrocagem para a aprofundamento do canal de acesso externo ao porto (a fim de viabilizar o acesso de navios petroleiros) e a supressão de mangue para a construção do Estaleiro Promar e para a abertura dos canais de navegação acarretaram a supressão definitiva de extensas áreas de manguezal e de recifes: dois ecossistemas de fundamental importância para a reprodução dos diversos organismos aquáticos. Com isso, houve danos irreversíveis, gerando uma drástica e abrupta diminuição da produção pesqueira da região (no mínimo 50%, segundo os pescadores), cujos níveis permanecem críticos até os dias atuais. O acesso que as comunidades do entorno de SUAPE tinham aos recursos naturais em seus ofícios tradicionalmente exercidos, seja na pesca artesanal, seja na agricultura familiar e na coleta de frutos, possibilitava-lhes garantir a alimentação familiar, além de uma renda com a venda dos produtos nas feiras locais. Com a degradação e a apropriação desses recursos por parte do Complexo Industrial e Portuário e das empresas nele instaladas, essas populações vêm sofrendo um processo de empobrecimento e vulnerabilização.

Ameaças à permanência na terra de uso tradicional: Mais de 15 mil famílias estão sendo expulsas de suas terras, as quais o governo insiste em dizer que são suas. Há controvérsias jurídicas a respeito da propriedade da terra onde está localizado o complexo de Suape. Enquanto prevalecer a decisão de que as terras são de propriedade da empresa Suape, os moradores que ali vivem há mais de 50 anos serão tratados como posseiros, como “invasores”. E como tal, no processo indenizatório, serão ressarcidas somente as benfeitorias realizadas. Além disso, com a valorização da terra no entorno de **Suape** (o hectare chega a custar atualmente um milhão de reais), o ataque sobre estes antigos moradores tem sido implacável.

Situação crítica das mulheres: As mulheres atingidas pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape têm sido as que mais sofrem com os impactos socioambientais, em razão das tarefas que lhes são convencionalmente atribuídas em função da divisão sexual do trabalho. A elas cabem atividades como coleta de crustáceos e moluscos no mangue e em croas. Para que não se ausentem por dia (como geralmente é necessário na pesca em alto



mar) e possam dar conta das incumbências ligadas ao cuidado do lar e da família, que predominantemente recaem sobre as mulheres. Além disso, as marisqueiras têm um trabalho menos valorizado do ponto de vista econômico, o que gera obstáculos no reconhecimento da atividade profissional. A situação atual de trabalho acarreta doenças às mulheres pescadoras, porque, acoradas dentro d'água, ficam mais expostas à contaminação hídrica relacionada ao despejo de efluentes industriais líquidos não tratados e aos sedimentos tóxicos das dragagens, contraindo doenças dermatológicas e ginecológicas. A chegada de mais de 40 mil homens de diversas localidades do país para trabalhar nas obras de instalação do empreendimento provocou um significativo aumento da prostituição, da exploração sexual, de estupros e de gravidezes precoces em crianças e adolescentes. As implicações na saúde dessas mulheres são também evidentes, com o aumento dos casos de DSTs e AIDS.

Racismo ambiental: Não por acaso, a escolha do local para a instalação desse empreendimento foi uma região tradicionalmente habitada por comunidades negras e com menor acesso à educação formal, evidenciando um racismo institucional por parte do Estado, que compreende essas comunidades como facilmente descartáveis de seus territórios.

Violência pública: O Cabo de Santo Agostinho, onde está instalada a maior parte do empreendimento, passou a ser o mais violento de Pernambuco e o 49º do Brasil.

Apesar de que todas essas violações e conflitos fossem previsíveis, não houve por parte do Complexo Industrial e Portuário de Suape qualquer preocupação a respeito dos severos impactos que as suas atividades acarretariam às populações do entorno, no sentido de buscar minimizá-los por meio de consultas às famílias atingidas ou de informar-lhes adequadamente a gravidade com que eles as atingiriam. A empresa falhou gravemente, portanto, na transparência da informação e no planejamento sobre como implementar de maneira mais eficaz as ações de prevenção e de mitigação à altura dos impactos que seriam causados, desconsiderando as comunidades locais.

As empresas do Complexo Suape

Por ser o Complexo Industrial e Portuário de Suape uma empresa de economia mista, da qual o estado de Pernambuco detém o controle, e de contar com inúmeros recursos federais provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento PAC² fica explícita a responsabilidade central do Estado pelas violações ocorridas no território.

Além do Complexo Industrial e Portuário, são também responsáveis pelas violações de direitos na região as empresas transnacionais instaladas e operando no Complexo, tais como: Petrobrás Distribuidora S/A, Refresco Guararapes Ltda. (Coca-Cola) e Shell do Brasil S/A.

² De acordo com os dados divulgados no site do PAC, os recursos repassados diretamente ao Complexo Industrial Portuário e os repassados à Petrobrás para instalação de infra-estrutura petroleira no Complexo chega a pelo menos R\$47.297.502.000,00. Fonte: <<http://www.pac.gov.br>>. Acesso em 30 de abril de 2017.



A holandesa Van Oord, que tem atuação em Suape desde 1995, e cujos dois projetos mais recentes – as obras de dragagens para o Estaleiro Promar SA e dragagem do canal de acesso do oceano para o Porto de Suape – receberam entre 2011 e 2012 um seguro de exportação de crédito do Governo Holandês através da Agência de Exportação de Crédito Atradius “Atradius Dutch State Business. Na denúncia feita à OCDE foram apontados dois elementos responsáveis pelos danos ambientais decorrentes da construção do Complexo Portuário de SUAPE: (i) a falta de estudos prévios por parte da empresa holandesa Atradius DSB (asseguradora das ações da empresa Van Oord) e a forma como a empresa Van Oord conduziu a dragagem do canal externo de acesso e da bacia de evolução da bacia de desenvolvimento do estaleiro Promar S.A..

As comunidades querem justiça

Diversas denúncias no judiciário brasileiro foram realizadas, mas as comunidades continuam sem acesso à justiça e as empresas não foram devidamente responsabilizadas.

O que é o FÓRUM SUAPE:

O Fórum Suape – Espaço Socioambiental foi criado em 2011 a partir da ampla articulação de atores sociais preocupados com o crescente processo de exclusão social, violência e degradação ambiental provocado pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape Governador Eraldo Gueiros – CIPS. É formado por ativistas, pesquisadores/as, voluntários/as, lideranças das comunidades tradicionais e organizações não governamentais locais, nacionais e internacionais.

Atua por um território livre, justo, no qual as comunidades e a sociedade possam exercer seus direitos à vida, ao lazer, à cultura e ao trabalho, em harmonia com os ecossistemas marinhos e costeiros.

Para maiores informações, entre em contato através de e-mail ou do sítio eletrônico:

www.forumsuape.ning.com

forumsuape@gmail.com

mere@fase.org.br

www.fase.org.br